Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 21 de agosto de 2024
Ano CVII ● Número 29.678
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

SÉCULO 21: FINANÇAS E PODER

A influência econômica no Ocidente e a política na Ásia. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

É PRECISO BANIR X E MUSK

Não se trata de uma batalha sobre a liberdade de expressão. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

INVESTIMENTO EM FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Rodrigo de Castro expõe alguns dos principais erros cometidos por investidores de FIIs. **Página 5**

Congresso e Supremo acertam acordo sobre emendas

Após ameaças de retaliação por parte do Congresso os problemas de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares foram equacionados. O anúncio foi feito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, resultado do acordo acertado durante reunião, nesta terça-feira, realizada com os presidentes do Congresso, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e representantes do governo federal. Congresso tem 10 dias para cumprir regras acordadas.

Durante a reunião, ficou definido que as emendas ficam mantidas, mas terão que seguir critérios de rastreabilidade, além da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o presidente do Supremo, a suspensão dos repasses a deputados e senadores foi equacionada na "medida do possível" e nos limites da atribuição do STF.

Por sua vez, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que casos de mau uso de dinheiro público não acontecem apenas com emendas parlamentares e que estas situações devem ser tratadas como exceção.

Mais cedo, o ministro Barroso promoveu um almoço para resolver o impasse provocado pelas decisões individuais do ministro Flávio Dino, confirmadas pelo plenário do STF, que suspenderam o pagamento das emendas impositivas e as chamadas "emendas Pix" ao Orçamento da União. Durante a reunião, foi definido que as emendas ficam mantidas, mas terão que seguir critérios de rastreabilidade, além da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Barroso negou que o Supremo tenha validado uma proposta articulada entre o Executivo e o Legislativo.

"Nós conseguimos enfrentar adequadamente a rastreabilidade e a transparência, que ficaram estabelecidas de maneira inequívoca e com controle do TCU", afirmou o presidente do STF . "As nossas preocupações eram de natureza constitucional e institucional quanto à transparência, rastreabilidade e correção da aplicação desses recursos", explicou.

Pelo acordo, o Senado e a Câmara terão 10 dias para cumprirem as novas determinações. Em seguida, o acordo deverá ser homologado pelo ministro Flávio Dino, relator do caso, e votado pelo plenário da Corte. Os repasses continuam suspensos até a homologação. **Página 3**

Sterfeson Faria/Petrobras

Indústria naval pode gerar 100 mil empregos até 2027

Demanda por navios e embarcações de apoio offshore

Uma pesquisa feita entre os usuários de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), em 2023, estimou que a demanda por recursos para indústria naval alcança cerca de R$ 37 bilhões (2024–2027), com geração de 100 mil empregos.

Levantamento feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), junto com Senai e Sesi aponta um crescimento nos postos de trabalho de 30% no Rio e 20% no país no período 2019–2023. "Este cenário também se reflete nos primeiros cinco meses deste ano, com uma alta de 4,8% no Rio de Janeiro e 4,2% no Brasil em relação a 2023. Em todo o país, foram mapeados 178 mil empregos no período", destaca a 6ª edição do *Panorama Naval no Rio*, publicação bianual lançada nesta terça-feira em evento na sede da Federação.

Identificar os entraves que dificultam o desenvolvimento da indústria naval local integram o capítulo abordado na publicação pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval). O artigo destaca o impacto da queda de 82 mil empregos em estaleiros no país, em 2014, para 21 mil em 2019, resultando em perdas de R$ 32 bilhões para a economia local.

O Sinaval cita que o Governo Federal está próximo de anunciar as primeiras medidas para o fomento à indústria naval, com foco na capacitação de mão de obra, fortalecimento da cadeia de fornecedores, investimentos em pesquisa, questões tributárias, compras públicas e mecanismos de financiamento. Estima-se que ao menos 16 estaleiros no país têm condições técnicas de disputar contratos para a construção de navios e embarcações de apoio offshore.

Em 11 de julho, entidades setoriais apresentaram ao governo um conjunto de propostas com o objetivo de aumentar a participação da indústria local de bens e serviços no setor de petróleo e gás natural. A ideia é garantir conteúdo local mínimo que dê segurança aos investimentos.

Cai pela primeira vez em 6 meses o valor médio da dívida de cada brasileiro

O novo levantamento do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas da Serasa revela redução do valor médio dos débitos dos brasileiros em julho. A quantia atinge a marca de R$ 5.373,46, diminuição de R$ 108,83, em relação a junho (R$ 5.482,30). Essa é a primeira queda em seis meses e a maior queda da série histórica, desde janeiro de 2020.

Os dados do principal indicador de inadimplência do Brasil ainda apontam leve crescimento no volume de endividados. Depois da retração registrada nos últimos meses, julho apresentou um aumento de 136 mil consumidores no cadastro de negativação – aumento de 0,22%.

Apesar do crescimento no volume total de pessoas em situação de inadimplência, outros indicadores apontam melhoras. O valor total das dívidas dos brasileiros, por exemplo, teve redução de 1,76%, cerca de R$ 7 bilhões a menos (R$ 390,5 bilhões). Da mesma forma, o ticket médio dos débitos por consumidor também caiu 1,99% - em julho, o valor figura em R$ 5.373,46.

Os bancos e cartões de crédito seguem como principal segmento das dívidas, representando 28,44% do total de débitos no país. Na sequência, aparecem as contas básicas de água, luz e gás, com 21,45%, e as financeiras, empresas que concedem crédito, mas não são bancos, com 17,81%.

"O início do segundo semestre pode acrescentar novos gastos ao orçamento dos brasileiros. Alguns exemplos estão relacionados ao recesso escolar e às férias de inverno, assim como despesas de rematrícula e outras contas acumuladas dos primeiros meses do ano", explica Aline Maciel, gerente da Serasa. "Mesmo com aumento comedido, os indicadores reforçam a preocupação com a organização das finanças pessoais e a necessidade de iniciativas de negociação de dívidas."

Azerbaijão solicita adesão ao bloco do Brics

O Azerbaijão solicitou formalmente sua adesão ao Brics, anunciou o Ministério das Relações Exteriores do país nesta terça-feira. A solicitação segue a expressão de interesse do Azerbaijão na cúpula da Organização de Cooperação de Xangai em Astana, no início de julho deste ano.

Durante a cúpula, uma Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica foi assinada entre o Azerbaijão e a China, com uma de suas disposições delineando a intenção do Azerbaijão de se juntar ao Brics. A China endossou a solicitação do Azerbaijão e prometeu apoiar sua entrada no grupo.

O Brics tem como fundadores Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Este ano, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos passaram a integrar o bloco. O Brics evoluiu para um fórum internacional importante, organizando cúpulas anuais e coordenando várias questões multilaterais.

A República do Azerbaijão, tendo como capital Baku, fica na região do Cáucaso, situado no cruzamento entre o Leste Europeu e o Sudoeste Asiático. Faz fronteira com a Rússia ao norte, o Irã ao sul, a Geórgia a noroeste e Armênia ao oeste. É delimitado pelo Mar Cáspio ao leste. Fez parte da União Soviética por sete décadas.

Com população de pouco mais de 10 milhões de habitantes, tem um Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) de US$ 78,7 bilhões (dados de 2022 do Banco Mundial).

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4821
Dólar Turismo	R$ 5,6950
Euro	R$ 6,1018
Iuan	R$ 0,7682
Ouro (gr)	R$ 439.84

ÍNDICES

IGP-M	0,61% (julho)
	0,81% (junho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	10,50%
Hot Money	-

3 temas para compreender o século 21: finanças e poder

Por Pedro Augusto Pinho

O poder como manifestação política, de acordo com Michel-Antoine Burnier (1942-2013) e Frédéric Bon (1943-1987) (*Les idées politiques*, 1969), surge ou de práticas sociais, ou de doutrinas ou revelações divinas, ou, ainda, de algum sistema exposto por pensadores.

Charles Maurras (1868-1952), poeta, "nacionalista integral", como se autorretratava, católico, monarquista, via o poder como a "legitimação das classes dominantes", enquanto a França "decaía pela Revolução Francesa, pelo Iluminismo e pela Reforma Protestante".

A avassaladora presença da economia no Ocidente surgiu com a Idade Moderna e estreitou o poder na força, sobretudo naquela oriunda da pujança econômica.

Bem distinta é a concepção oriental, chinesa, para quem a "educação é diretamente orientada para as responsabilidades políticas": "Quando um homem com cargo oficial descobre que pode fazer mais do que dar conta dos seus deveres, então ele estuda; quando um estudante descobre que pode mais do que dar conta dos seus estudos, então ele aceita um cargo oficial" (Confúcio, *Os Analectos*, Livro XIX, 13).

O Ocidente, neste século 21, tem nas finanças o poder que se sobrepõe à vontade popular, quer por artifícios, quer pela corrupção. Entre as formas que se utiliza está a "alternância do poder", simulada por partidos que têm a mesma fonte de poder, o plutocrático, mas se apresentam como se defendessem ideais distintos.

Já a República Popular Chinesa, a República Popular Democrática da Coreia, República Popular Democrática do Laos, República Socialista do Vietnã, na Ásia, a República de Cuba, na América Central, e o Estado da Eritreia, no leste da África, são países de partido único, no pressuposto de que as divergências se dão apenas quanto ao modo de defender a soberania do Estado e a condição cidadã da população, objetivo de todos.

Em meados do século 20, havia um chiste, relativo aos Estados Unidos da América (EUA), afirmando ser a diferença entre o governo do Partido Democrata e o do Partido Republicano, que, no primeiro, quem mandava era a General Motors e, no segundo, a General Electric. Era possível o gracejo pois o poder da indústria ainda prevalecia nos EUA. Hoje fica sem sentido pois há um único poder nos EUA: o financeiro, dos "gestores de ativos".

As manipulações de fato e o poder

O jornal *New York Post* informou que o Serviço Secreto dos EUA havia eliminado a cocaína encontrada, em 2023, na Casa Branca. Porém o conhecimento deste fato só foi possível pela divergência de procedimentos ocorrida no acobertamento do ilícito: "Centenas de pessoas trabalham na Casa Branca e estariam no rol dos suspeitos", alegou o Serviço Secreto.

Mais recentemente, um analista das relações internacionais refletiu que a eleição, em que a oposição declara meses antes da sua realização ser fraudada, cria, desde logo, a dificuldade para definir se houve efetivamente fraude ou se há, na realidade, um projeto golpista. O caso da Venezuela é o mais recente acontecimento.

O poder usa sua capacidade de comunicação para ocultar os fatos. Se houve sempre esta manipulação, as possibilidades se multiplicaram com os sistemas e equipamentos de comunicação digital e as informações virtuais, sem materialidade alguma.

O declínio do Eixo Hegemônico do Ocidente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e os EUA e seus satélites, diante das organizações asiáticas, surgidas no século 21, tais como a Organização para Cooperação de Xangai (15/6/2001) e a Iniciativa do Cinturão e Rota ou Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século 21 (2013), que se somaram à Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) criada em 1967, evidencia-se pelo abandono do acordo do petrodólar pela Arábia Saudita, pelo fracasso da transição energética como sustentáculo das finanças anglo estadunidenses, e pela oposição às guerras construídas por "revoluções coloridas" praticadas por serviços secretos dos EUA, Reino Unido e França.

O Eixo Ocidental poderia se reestruturar no projeto multipolar, mas suas estruturas de poder não podem dispensar a condição de hegemonia.

Embora haja a forte presença da comunicação de massa ocidental, sempre com as finanças apátridas como sustentáculo, os povos cada vez mais sentem a presença da guerra em seus territórios e pela falta de conhecimento adequado resultam em eleições como se viu na Europa e, em especial, no Reino Unido e na França recentemente: verdadeira "coisa de doido", como se expressava o comediante Jô Soares. Amanhece-se com a vitória da direita (Parlamento Europeu), dorme-se com a vitória da esquerda (Legislativo Francês).

A invasão e destruição do poder nacional do Iraque é a mentira que continua há duas décadas, como escreveu Matthias von Hein, em 20 de março de 2023, publicado no *Brasil de Fato*. Recordando, como na chamada do artigo, "os EUA de Bush iniciavam a invasão alegando posse de armas de destruição em massa".

E, somente em fevereiro de 2023, ainda foram assassinados pelas forças estadunidenses, 52 civis! Reino Unido, Austrália e Polônia participavam da matança, pois havia o prêmio em petróleo, saqueado do país detentor da quarta maior reserva mundial.

Em 2011, os EUA voltam a atacar, desta vez o país que abrigava a oitava maior reserva de petróleo, a Líbia, detentora do maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da África.

Mais uma vez os poderes financeiros e militares se unem para roubar o petróleo de outras nações. E, dentro desta geopolítica do petróleo, a Síria sofre, desde 2011 das "primaveras", que os serviços secretos dos EUA, do Reino Unido e seus aliados movem contra países que defendem suas autonomias governamentais na África, América Latina e no Oriente Médio. Vez por outra, fica-se sabendo do roubo de petróleo sírio pelas forças estadunidenses.

As manipulações e a influência econômica no Ocidente

Lorenzo Carrasco, do Conselho Editorial do *MSIA – Movimento de Solidariedade Ibero-americana*, escreveu, no Volume XXXI, junho/2024, o artigo: "Por que já estamos na III Guerra Mundial", assim iniciado: "Já estamos na III Guerra Mundial. O nome se justifica pelo estabelecimento de uma nova ordenação do poder global, como ocorreu com as duas guerras mundiais do século 20. E poucos duvidam de que a guerra Rússia-Ucrânia seja um dos eventos sinalizadores de uma nova ordem de poder mundial, com a substituição da hegemonia unipolar pós-Guerra Fria centrada nos EUA por um cenário multipolar com diversas potências capazes de fazer valer os seus direitos e uma forte presença do chamado Sul Global, cada vez mais assertivo e menos temeroso dos defensores da ordem moribunda".

A mudança no século 21

O fim da história, como foi saudado o triunfo do financismo, com o Consenso de Washington (1989) e a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), chegou a bem menos de meio século.

Os Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) surgem como "países de mercado emergente", em junho de 2009. Em 2011 é agregada a África do Sul, incorporando o S à sigla: Brics, como ficou então conhecida, mesmo em 2024, quando já incorpora quatro novos países e tem trinta candidatos para sua expansão.

Como já vimos, também surgem a OCX e a ICR, como novas organizações multinacionais que defendem a soberania de todos parceiros. Não é imposta a homogeneidade global. Os organismos surgidos do triunfo dos Aliados na II Grande Guerra perdem gradativamente importância e poder.

Os Brics já têm seu banco de desenvolvimento. As OCX e ICR ampliam pela Ásia, África e Europa sua ação comercial e de integração por redes de transporte ferroviário, marítimo, lacustre e dutoviário.

O papel das finanças deixa de ser impositivo para secundar a produção industrial e o desenvolvimento tecnológico.

No campo estritamente político, os partidos conservadores, da direita nacionalista, agregam outras correntes, como os "verdes", como demonstram as últimas eleições europeias.

A comunicação à época da vitória contra o nazifascismo ainda não atingira o que Miguel Nicolelis designou por S-info ("O verdadeiro criador de tudo", ver primeiro artigo desta série: "Geopolítica e Humanidade", **Monitor Mercantil**, 7/8/24), ou seja, a informação digital. A televisão começava a invadir os lares estadunidenses e ocidentais a partir dos anos 1940.

As esquerdas oscilam entre a globalização da luta de classes e as soluções nacionais para o desenvolvimento de seus Estados Nacionais e a segurança e bem-estar de seus cidadãos.

A secular publicação britânica, *The Economist* (1843), em 9 de maio de 2024, apresentava a matéria "A ordem internacional liberal está lentamente a desmoronar-se", com o subtítulo: "Seu colapso pode ser repentino e irreversível". E nela se lia: "À primeira vista, a economia mundial parece tranquilizadoramente resiliente. A América cresceu mesmo com a escalada da guerra comercial com a China. A Alemanha resistiu à perda do fornecimento de gás russo sem sofrer um desastre econômico. A guerra no Médio Oriente não trouxe nenhum choque petrolífero. Os rebeldes Houthi, que disparam mísseis, mal tocaram no fluxo global de mercadorias".

Uma semana depois, sob o título: "A América é à prova de ditadores?" (16/5/2024) questiona: "Como pode ter chegado a este ponto? Após a vitória na Guerra Fria, o modelo americano parecia incontestável. Uma geração depois, os próprios americanos estão a perder a confiança nele. Uma guerra irresponsável, uma crise financeira e a podridão institucional libertaram uma ferocidade na política americana que deu às disputas presidenciais riscos aparentemente existenciais. Os americanos ouviram os seus líderes denunciarem a integridade da sua democracia. Viram concidadãos tentando bloquear a transferência de poder de uma administração para outra. Têm boas razões para se perguntarem quanta proteção o seu sistema lhes garante contra o impulso autoritário que cresce em todo o mundo".

No entanto, como aqui vem sendo apresentado, há um somatório de farsas, onde o interesse da humanidade não é observado; apenas o acúmulo e concentração do capital financeiro. E, o que é mais grave, em papéis que, cada vez mais, não se suportam em lastros reais, mas em papéis sem lastro, fazendo antever uma derrocada que deixará 1929 e 2008 como a infância das tragédias.

Joseph Borrell Fontelles (1947), vice-presidente da Comissão Europeia, alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que afirmava "a Europa é um jardim. Tudo funciona. É a melhor combinação de liberdade política, prosperidade econômica e coesão social que a humanidade foi capaz de construir", deve andar mudo, sua tagarelice não tem mais como ser arrotada. A guerra na Ucrânia não foi um ataque da Federação Russa, mas uma "primavera" na Praça Maidan, em Kiev, entre 18 e 23 de fevereiro de 2014, contra o presidente eleito Víktor Fédorovytch Ianukóvytch, sob o surrado pretexto de corrupção, pois se tratava de um governo colaborador do presidente Putin.

A falta de energia que colocou abaixo a indústria alemã foi resultado da sabotagem estadunidense nos gasodutos Nord Stream 1 e Nord Stream 2, em 26 de setembro de 2022.

A concentração de renda por toda Europa colocou maiores contingentes de sem teto pelas ruas da Espanha de Borrell, da França, Holanda, Bélgica, Reino Unido e por toda União Europeia.

Se a III Grande Guerra surgir, não será por oposições, mas pela única solução que as finanças terão encontrado para se manter no poder, ainda que restrito ao Ocidente, pois a África do Mali, de Burkina Faso e do Níger, desde 2023, celebraram acordo de defesa mútua contra os EUA e seus antigos colonizadores, e contam com a ajuda da Rússia e da China.

Por outro lado, a compra de reatores nucleares dos EUA pela Europa Oriental é principalmente por laços militares, não sobre mudanças climáticas.

Países da Europa Oriental, como a Polônia, são participantes ativos neste esforço para renomear a energia nuclear como limpa e favorável ao clima. A inclusão da Polônia nesta lista deve ser surpreendente: sua eletricidade vem principalmente de combustíveis fósseis, e o país não se comprometeu com nenhuma meta líquida zero, tornando-a "a nação mais baixa colocada da UE" em sua capacidade de atingir emissões líquidas zero até 2050. No entanto, em 2023, o governo da Polônia anunciou planos para importar reatores nucleares.

Dada a guerra em curso na Ucrânia e as tensões em várias partes do mundo, a combinação de geopolítica e tecnologia nuclear pode ser perigosa, mesmo que seja ineficaz para mitigar as mudanças climáticas (apud *Bulletin of the Atomic Scientists*, 2/8/2024).

A esperança de paz vem do Oriente dos Estados com partidos únicos.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

É preciso banir X e Musk

Não, não se trata de aplaudir a proibição do X-Twitter na Venezuela de Maduro. Nem um apoio ao ministro Alexandre de Moraes. É uma defesa do poder dos Estados sobre o poder de alguns ultrabilionários, como Musk, mas não apenas ele.

O discurso de Elon Musk é o de garantir a liberdade de opinião. Mas não é disso que se trata, nem de uma defesa do anarquismo, embora muitas vezes o ultrabilionário tente se camuflar neste terreno. O que Musk deseja é não ter qualquer controle sobre a opinião dele, de modo que possa traçar um mundo de acordo com sua vontade. Acima das leis. Acima dos Estados Nacionais.

Ele não está sozinho nessa empreitada, embora seja a face mais visível. Outros ultrabilionários também se esforçam para ficar acima das leis; no mínimo, para se livrar de impostos. Contraditório é que as empresas de Musk ganham com contratos com o governo (SpaceX) ou com subsídios (Tesla). Nem contraditório é: trata-se de usar o Estado em seu benefício.

Ao fechar o escritório do X no Brasil, Musk não está jogando xadrez. O jogo é outro. Ele está blefando. Cabe a Alexandre de Moraes e ao Supremo dobrar a aposta. Cortar o acesso ao X por 48 horas, por exemplo, dará um aviso e, de quebra, possibilitará ao brasileiro descobrir outras redes sociais para divulgação de pequenas notas. Todas menos perigosas que o X de Musk.

Deterioração da mídia

A mídia financista atribui o recorde da Bolsa de Valores ao cenário nos Estados Unidos. Isto depois de culpar a "deterioração das contas públicas" pela perda de valor das ações, há menos de 1 semana. Como as contas não mudaram, o que influiu mesmo foi o panorama exterior; tanto agora, quanto antes. Só que a mídia não perde oportunidade para cercear o governo Lula.

É o crescimento, estúpido

O crescimento da economia acima do previsto pelos analistas financeiros deve ajudar a reduzir a razão dívida/PIB, como o **Monitor** publicou. Se os juros caíssem, o resultado seria ainda melhor.

Rating da África

A União Africana (UA) está criando a sua própria agência de classificação de crédito, em oposição ao que considera notas injustas dadas pelas três grandes do rating: S&P, Moody's e Fitch. "Uma empresa de classificação de crédito que está sendo criada para responder às necessidades específicas dos mutuários soberanos de África e deverá estar operacional até ao final do ano", disse, segundo a Agência Sputnik, Albert Muchanga, comissário da UA para o desenvolvimento, comércio, turismo, indústria e minerais, durante a 6ª Reunião de Coordenação Semestral da União Africana, que terminou neste domingo em Gana.

Rápidas

Guilherme de Almeida, presidente da associação pela inclusão Autistas Brasil é um dos palestrantes do 4º Conlubra (Congresso Luso-Brasileiro de TEA e Educação Inclusiva, que será em Pelotas (RS), desta quarta até sexta-feira. Almeida, autista diagnosticado aos 37 anos, é o único membro do grupo de neurodiversidade da Universidade de Stanford *** O Caxias Shopping (RJ) criou o "Espaço Descompressão", desenvolvido para acolher pessoas com autismo *** A Casa do Artista Gerson Pinheiro oferece no próximo dia 28, uma oficina sobre arte de receber com excelência. Inscrições: ascomdivulgario@gmail.com

Emendas com critérios de rastreabilidade

Três Poderes acertam uso de recursos públicos pelo Legislativo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que casos de mau uso de dinheiro público não acontecem apenas com emendas parlamentares e que estas situações devem ser tratadas como exceção. Ele participou mais cedo de reunião com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), além de representantes do governo, para discutir novos critérios para a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União. Também participaram do encontro o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, além de todos os ministros do STF.

"Casos de malversação de dinheiro público, de desvios de recurso, de mau emprego de recursos podem se dar com orçamento próprio de município, de estado, da União, com emendas parlamentares, há uma série de possibilidades de que isso aconteça e isso tem que ser coibido e reconhecido como exceções que precisam ser combatidas pelos órgãos de controle. Mas não inviabilizar a execução orçamentária partindo do pressuposto de que tudo está errado", disse após a reunião.

Emendas mantidas

Segundo a Agência Brasil, ficou definido na reunião que as emendas parlamentares ficarão mantidas, mas deverão seguir critérios de rastreabilidade, além da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Para Pacheco, as emendas individuais, de bancada e de comissão são instrumentos legais e legítimos de participação orçamentária pelo poder Legislativo, mas devem sofrer ajustes "para se buscar o máximo possível de transparência, rastreabilidade e eficiência no gasto público".

Os representantes dos três poderes na reunião decidiram manter as emendas parlamentares individuais de transferência especial, as chamadas "emendas Pix", desde que elas definam antecipadamente o objeto e a finalidade dos recursos e que sejam concedidas prioritariamente para obras inacabadas. Pacheco disse que chegou-se a cogitar a extinção desse tipo de emenda, mas houve a compreensão de que elas podem ser úteis para a execução orçamentária do Brasil, especialmente para situações em que há obras inacabadas.

De acordo com o presidente do Senado, um dos ajustes da reunião foi a compreensão de que emendas parlamentares são instrumentos importantes de concepção do orçamento. "O orçamento não pertence exclusivamente ao Executivo, ele pertence ao Brasil e é feito tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo".

Para Pacheco, a reunião foi uma "conversa institucional de muito bom nível". "Foi uma demonstração de que a democracia se constrói na base do respeito às diferenças e divergências e do diálogo, na busca de entendimentos e consensos, cada poder compreendendo o seu papel na nossa democracia e no nosso estado de direito", disse.

Na quarta-feira (14), o ministro Flávio Dino, do STF, decidiu que os repasses das emendas impositivas estavam suspensos até que os poderes Legislativo e Executivo criassem medidas de transparência e rastreabilidade das verbas. Esse tipo de emenda obriga o governo federal a enviar os recursos previstos para órgãos indicados pelos parlamentares.

A decisão foi motivada por uma ação protocolada na Corte pelo PSOL. O partido alegou ao Supremo que o modelo que emendas impositivas individuais e de bancada de deputados federais e senadores torna "impossível" o controle preventivo dos gastos.

O ministro entendeu que a suspensão das emendas era necessária para evitar danos irreparáveis aos cofres públicos. Pela decisão, somente emendas destinadas para obras em andamento e para atendimento de situação de calamidade pública poderiam ser pagas.

Emendas Pix

No dia 1° de agosto, o ministro Flávio Dino suspendeu as chamadas "emendas Pix", usadas por deputados e senadores para transferências diretas para estados e municípios, sem a necessidade de convênios para o recebimento de repasses.

O ministro entendeu que esse tipo de emenda deve seguir critérios de transparência e de rastreabilidade. Pela mesma decisão, a Controladoria-Geral da União (CGU) deverá realizar uma auditoria nos repasses no prazo de 90 dias. Por unanimidade, as duas decisões de Dino foram referendadas pelo plenário da Corte na sexta-feira (16).

Ceagesp e CeasaMinas não serão privatizadas

O governo federal excluiu a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), o maior entreposto de alimentos da América do Sul, do Programa Nacional de Desestatização (PND). A companhia também foi retirada do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República.

A decisão do governo federal foi publicada nesta terça-feira no Diário \ oficial da União. A Ceagesp foi inserida no PND e qualificada para o PPI pelo governo federal em 2019, no governo de Jair Bolsonaro.

Nesta terça-feira, o governo federal também publicou decreto retirando as Centrais de Abastecimento da Minas Gerais S.A, (CeasaMinas) do PND e do PPI. A empresa foi incluída no PND em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Em 2023, o governo Lula já havia retirado do PND a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF); e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec).

Foram retiradas do PPI, também em 2023, os armazéns e imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA); e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

SIERRA NWT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ: 08.575.358/0001-54
COMUNICADO DE RENÚNCIA UNILATERAL AO CARGO DE ADMINISTRADOR

À SIERRA INVESTMENT HOLDINGS LTD., 1 Place St. Gervais, 1201 Geneva, Switzerland and **NWT SERVICE LIMITED,** 1 Place St. Gervais, 1201 Geneva, Switzerland. Ref.: **SIERRA NWT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**. CNPJ: 08.575.358/0001-54 NIRE nº 33.207.816.619. Sirvo-me da presente para comunicar à V. Sa., minha renúncia unilateral ao cargo de Administrador da Sociedade Empresária **SIERRA NWT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Teixeira de Freitas, nº 31, sala 1201, parte, do Edifício Centro Empresarial Arcos da Lapa, Centro, CEP: 20021-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.575.358/0001-54, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.207.816.619. Aproveito a oportunidade para informar que as razões que me levaram a esta decisão são de cunho pessoal. Sendo o que tinha para o momento. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários. São Paulo, 19 de agosto de 2024. Atenciosamente,
CARLOS EDUARDO RODRIGUES GERHARD

Disparada do preço do arroz impulsiona cesta de mercearia básica

O cenário consecutivo de retração no faturamento da cesta de mercearia básica em 2023, que registrou recuos contínuos desde maio até o início de 2024, teve mudança de tendência a partir de maio de 2024. A cesta apresentou crescimento de 1,5% em julho e, a maior contribuição para este aumento vem do arroz é o que aponta a análise da Scanntech.

A categoria vem contribuindo para o aumento do faturamento da cesta desde maio de 2024, a partir do expressivo aumento de preço no período como resultado das enchentes no Rio Grande do Sul, estado responsável por 70% da safra do cereal no Brasil. Há três meses consecutivos o arroz apresenta forte aumento do faturamento em decorrência do preço: 19% em julho, 17,4% em junho e 52,9% em maio.

Ademais, todas as regiões do Brasil tiveram o cereal como líder em contribuição para o crescimento do faturamento. Adicionalmente, as cestas de Perecíveis e Bebidas puxaram o resultado positivo do canal alimentar em julho de 2024, contribuindo com 5% e 3,2%, respectivamente.

Segundo a Scanntech, a alta dos preços também estimulou o crescimento de faturamento dos canais supermercadistas e de atacarejos regionais. Os supermercados, por sua vez, tiveram um crescimento superior, por conta principalmente da menor queda das vendas unitárias e maior aumento de preços.

Entretanto, o custo da cesta básica na cidade de São Paulo apresentou redução de 2,75% em julho de 2024, marcando uma tendência de queda nos preços dos alimentos essenciais em todo o Brasil. Essa diminuição segue um padrão observado em 17 capitais monitoradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), onde, em muitas cidades, os preços caíram significativamente.

De acordo com o levantamento do Dieese, apesar dessa queda, São Paulo ainda lidera com o custo mais elevado entre as capitais, Florianópolis e Porto Alegre seguem a capital paulista, respectivamente. Nas capitais do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta básica difere, os menores valores foram encontrados em Aracaju e Recife.

Essa redução recente nos preços pode ser atribuída a uma combinação de fatores sazonais e medidas econômicas. A queda nos preços em julho reflete, em parte, um alívio nas pressões inflacionárias sobre os alimentos, combinado com uma melhora na oferta de produtos básicos, como o arroz, em função de ações governamentais. No entanto, essa redução ainda não compensa o aumento acumulado de 6,41% no custo da cesta básica nos primeiros sete meses de 2024.

A pesquisa do Dieese também indica que, embora os preços tenham diminuído em julho, o salário mínimo necessário para manter uma família de quatro pessoas em São Paulo deveria ser de R$ 6.802,88, ou 4,82 vezes o valor do atual, que é de R$ 1.412. Esse dado evidencia a persistente defasagem entre o rendimento mínimo necessário e o custo de vida nas grandes cidades brasileiras.

Insatisfação com planos de saúde chega a 89%, aponta Procon

Um levantamento realizado pelo Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) com 1.341 usuários de planos de saúde revelou que 89% dos clientes estão insatisfeitos com os serviços prestados. Destes, 42% declararam-se "insatisfeitos" e 47% "parcialmente insatisfeitos".

Entre as principais reclamações, 40% dos entrevistados mencionaram a demora no agendamento de consultas e procedimentos, enquanto 30% apontaram a falta de canais de contato eficientes.

Segundo Bruna Verissimo, diretora de marketing e vendas da cVortex, empresa especializada em soluções tecnológicas para centrais de atendimento, a gestão eficiente do relacionamento com os clientes tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa para as empresas. "Hoje, o consumidor tem à disposição diversos canais de interação e, não raro, utiliza mais de um ao mesmo tempo, como pedir o reagendamento de uma consulta pelo WhatsApp e buscar informações sobre a rede de atendimento do plano de saúde pela página do Instagram. Esse cliente, que chamamos de 'consumidor 5.0', além de multicanal nas suas interações, tem a expectativa de respostas rápidas, e, quando isso não acontece, os índices de insatisfação aumentam, como vimos na pesquisa do Procon", explica.

Para reverter esse cenário, Verissimo sugere que as empresas de saúde adotem mudanças culturais e estruturais, integrando processos renovados com tecnologias que ofereçam a agilidade esperada pelos clientes. Ela destaca que plataformas omnichannel e automatização permitem uma visão completa das interações, agilizando a resolução de demandas. Como exemplo, cita o setor bancário, onde a adoção de tecnologia multicanal reduziu em 53% as reclamações e gerou economia significativa em operações de SAC. Além disso, Verissimo reforça que um bom atendimento em toda a jornada do cliente é crucial para a fidelização, e que a tecnologia é essencial para manter a eficiência, mesmo com uma base de clientes maior.

Os dados corroboram essa análise. Uma pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), intitulada "Relatório de Ouvidorias e Canais de Relacionamento com o Consumidor", mostrou que, em 2023, 94% dos atendimentos que chegaram aos SACs dos bancos brasileiros foram resolvidos em menos de 24 horas pelos próprios operadores. Apenas 1% dos clientes precisaram acionar entidades externas, como Procon, Banco Central e ConsumidorGovBr, para terem suas demandas atendidas. Amaury Oliveira, diretor da Febraban, atribui essa eficiência à crescente capacidade das instituições financeiras de atender adequadamente as demandas, reduzindo a necessidade de atendimentos recorrentes. "Esse movimento demonstra a tendência de digitalização no comportamento dos consumidores, que estão migrando para os canais digitais não apenas para transações bancárias, mas também para dúvidas, informações e reclamações", destacou Oliveira.

Pedidos de recuperação judicial crescem 71% no 1º semestre

O Brasil registrou 1.104 pedidos de recuperação judicial no primeiro semestre de 2024, um aumento de 71% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Serasa Experian. As incertezas econômicas têm sido forte alicerce para o número crescente de empresas recorrerem às recuperações judiciais, sendo que as micro e pequenas empresas ocupam a liderança nesse ranking com 713 pedidos, seguidas pelas empresas de médio e grandes portes.

Outro levantamento da Serasa mostra o cenário dos pedidos de recuperação judicial realizados por proprietários rurais que atuam como pessoa física no país. De acordo com os dados, no primeiro trimestre de 2024, foram feitas 106 requisições. Quadro que revela aumento na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Para o head de agronegócio da Serasa Experian, Marcelo Pimenta, ainda estamos muito longe de uma crise setorial, apesar do aumento. "O número de pedidos é baixo e a maior parte dos proprietários rurais continuam atuando normalmente. Ainda assim, para os que precisam recuperar a estabilidade financeira, a renegociação de dívidas ou soluções como o Fiagro Reorg são formas mais amigáveis de retomar a saúde dos negócios. Além disso, movimentos preventivos como o planejamento financeiro para demandantes e o monitoramento de perfil de crédito para credores podem premeditar e evitar a busca pelo recurso".

Dados do Agro Score da Serasa Experian, solução que entrega análises específicas para o setor e prevê o risco de inadimplência dos proprietários rurais, comprovam que o uso de modelos preditivos pode identificar perfis propensos à recuperação judicial. Dessa forma, ao aplicar esse tipo de tecnologia, os credores são capazes de tomar decisões mais seguras, evitando, indiretamente, o número de requisições do recurso que, segundo o head de agronegócio da Serasa Experian, deve ser utilizado apenas como última opção.

Essa identificação acontece porque o monitoramento de dados do Agro Score pode registrar, com vários meses de antecedência, os perfis de proprietários rurais que já mostravam sinais de instabilidade financeira. Ou seja, é uma análise que mitiga riscos da concessão de crédito.

Segundo o levantamento, o Agro Score médio da população rural PF era significativamente maior do que o dos que solicitaram recuperação judicial mesmo três anos antes do pedido. Além disso, também se pode observar como a curvatura de pontuação do modelo preditivo segue caindo mesmo antes da solicitação.

Ainda no primeiro trimestre de 2024 foi no Centro-Oeste o maior acumulado de recuperações judiciais. Isso porque o Estado do Mato Grosso, que liderou o ranking, registrou 53 pedidos. Além disso, em Goiás, foram 16 solicitações.

De acordo com os dados inéditos da Serasa Experian, os proprietários rurais de pequeno porte foram os que menos precisaram de recuperação judicial no primeiro trimestre deste ano. Para eles, o total foi de apenas 21 solicitações. Por outro lado, aqueles que não possuem propriedades no campo – considerados arrendatários de terras e grupos econômicos ou familiares relacionados ao setor – registraram a maior quantidade, de 39 requisições. Em 2023, também nos três primeiros meses do ano, esse comportamento se repetia: pequenos proprietários demandaram menos, enquanto os sem propriedade, mais. Outro destaque foi a parcela de médio porte, que saiu de zero solicitações para 22 no comparativo por trimestre.

Entretanto, de acordo com o Monitor RGF de Recuperação Judicial no Brasil, no segundo trimestre deste ano, a proporção de processos de recuperação judicial em relação ao total de organizações ativas no país caiu de 1,87 para 1,84 empresas a cada mil. Isso ocorreu apesar de um aumento de 0,5% no número total de negócios em processo de reestruturação, que subiu de 4.203 para 4.223, representando um acréscimo de 20 novas companhias. Ao mesmo tempo, o total de empresas registradas no Brasil cresceu em aproximadamente 37 mil, passando de 2,25 milhões para 2,29 milhões.

Segundo o levantamento, embora a quantidade absoluta de empresas em recuperação judicial continue subindo, o ritmo desse aumento tem mostrado sinais de desaceleração. Durante o segundo trimestre de 2024, 141 instituições entraram com pedido de reestruturação, enquanto 121 concluíram o processo. Essa diferença líquida de 20 organizações representa o menor aumento registrado desde o início do monitoramento, no segundo trimestre de 2023.

Número de pequenos negócios exportadores cresce 120% em dez anos

Os pequenos negócios brasileiros estão de olhos atentos para o mercado internacional. Embora o peso das exportações de MEI, microempresas e empresas de pequeno porte seja ainda pouco significativo em comparação com o comércio de commodities, o número de empreendedores que estão vendendo produtos e serviços para outros países cresceu 120% nos últimos dez anos, enquanto as médias e grandes empresas cresceram 29% no mesmo período. Atualmente, os pequenos já representam 41% do total de empresas exportadoras, apesar de movimentarem apenas algo próximo a 0,9% do montante de recursos.

De acordo com levantamento do Sebrae, em dez anos foi registrado um crescimento de 152% nos valores comercializados por pequenos negócios. Em 2023, esse segmento foi responsável por movimentar US$ 2,8 bilhões, o melhor resultado registrado em todos os anos anteriores a 2020, sendo menor apenas que as exportações feitas em 2021 e 2022.

As empresas do setor da indústria da transformação respondem por 72,4% dos valores exportados por pequenos negócios (crescimento de 128% entre 2013 e 2023). Em seguida aparecem as pequenas propriedades rurais com 18,5% (crescimento de 336% em dez anos) e as empresas da indústria extrativa - estas representam 4,4% do montante exportado pelos pequenos negócios, um crescimento de 309% no período.

Distribuição das vendas dos pequenos negócios

Região	%
América do Su	29%
América do Norte	22%
Europa	19%
Ásia - 15%	
América Central e Caribe	7%
Oriente médio	4%
África	4%
Oceania	1%

Estados com maior participação de pequenos negócios exportadores

Estado	%
SP	40,8%
RS	11,7%
SC	8,7%
PR	9,7%
MG	9,1%

Investimento em fundos imobiliários

Por Jorge Priori

Conversamos com Rodrigo Cardoso de Castro, sócio-fundador e CEO do Clube FII, sobre investimentos em fundos imobiliários. Fundado em 2013, o Clube FII possui mais de 354 mil investidores cadastrados.

Como você começou a investir em Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs)?

A minha formação não tem nenhuma relação com o mercado financeiro. Eu sou um cara de TI, e a minha família já investia em imóveis há algumas décadas. Eu comecei a operar no mercado de ações em 2008, no momento da Crise do Subprime nos Estados Unidos, e meses depois conheci os FIIs, que eram uma forma de você participar do mercado imobiliário subtraindo todas as sua inconveniências. Eu me apaixonei, instantaneamente, por esse mercado, que dava acesso a empreendimentos de qualidade, isenção de Imposto de Renda (IR), fracionamento e maior diversificação, e comecei a investir valores pequenos para entender a sua dinâmica. Isso porque, independente de você investir R$ 1 mil ou R$ 100 milhões, o resultado proporcional é o mesmo.

Em 2009, eu sugeri à minha família para que fizéssemos um processo de migração de investimentos, trocando os imóveis que tínhamos por FIIs. A minha sugestão foi aceita, e esse processo foi até meados de 2013. A cada imóvel vendido, nós tínhamos um alívio, pois nos livrávamos de inquilinos problemáticos e de problemas de manutenção.

Quando os imóveis da minha família estavam muito bem alugados, nós tínhamos, no máximo, uma renda de 0,4% ao mês em relação ao valor dos imóveis, mas como ainda tínhamos que pagar IR, isso fazia com que a renda líquida ficasse em torno de 0,3%. Com os FIIs, nós conseguimos empreendimentos de muito mais qualidade sem que tivéssemos que pagar IR, com uma rentabilidade mensal de 0,7%, 0,8%, o que mais do que dobrava a renda da minha família.

Como escolher um FII para investir?

Nós costumamos dizer que não existe o melhor ou o pior fundo, mas o fundo que vai se adequar ao perfil do investidor. Como nós estamos tratando de um mercado que tem lastro imobiliário, é muito mais fácil para o investidor entender esse mercado e, eventualmente, fazer a sua própria análise para ver se aquilo cabe ou não no seu perfil. Um exemplo simples: há um fundo chamado Pátio Shopping Higienópolis que é do shopping de mesmo nome localizado em São Paulo. Eu digo isso, pois em um um FII, você pode, literalmente, entrar dentro dele para ver como ele é. Se a pessoa tiver conhecimento sobre o público que frequenta o shopping e que mora na região de Higienópolis, ela já pode entender se aquilo pode fazer parte do seu perfil de investimento ou não.

Um ponto importante é que por mais que o ativo seja muito bom, ele pode estar sendo negociado por um preço muito alto. É por isso que é muito importante que o investidor tenha acesso a uma casa de research que faça a avaliação do preço da cota que está sendo negociada na Bolsa para saber se é uma boa ou uma má escolha.

Nós também sugerimos que seja feita uma diversificação. Se a pessoa vai entrar no mercado de FIIs, ela deve comprar, pelo menos, 15 FIIs de setores diferentes, como shoppings, lajes comerciais, galpões logísticos e de certificados de recebíveis. Outro ponto: muitos investidores, quando fazem uma análise, costumam olhar para um indicador de forma isolada, quando o importante é olhar para toda a história do FII.

Esse é um mercado tangível, muito mais fácil de ser compreendido e com um número de variáveis infinitamente menor que o mercado acionário, ou seja, ele tem um grau de previsibilidade muito maior.

O nível de complexidade de um fundo aumenta à medida em que ele tem mais imóveis, mas a sua essência é a mesma de um imóvel, ou seja, ele vai comprar um imóvel, alugá-lo e haverá uma renda mensal. A maioria das pessoas sabe, mais ou menos, como funciona essa dinâmica.

Na própria plataforma do Clube FII, nós fornecemos todos os indicadores, informações e análises completas para ajudar os investidores a tomarem suas decisões.

Quais cuidados um investidor deve ter antes de adquirir as cotas de um FII?

Eu vou falar de alguns erros bastante comuns, sendo que alguns deles seriam facilmente evitáveis se o investidor lesse, minimamente, o relatório gerencial do fundo que comprou.

O erro mais comum é olhar apenas os dividendos. Vamos imaginar um fundo que tem um imóvel que está alugado para apenas um inquilino, e que esse inquilino anunciou a sua saída antecipada que vai gerar uma multa. Quando essa multa for paga, o seu valor será distribuído para os cotistas. Esse investidor, que só olha dividendos, vai ver que houve uma distribuição equivalente a 2% da cota, concluir que o fundo dá muito retorno e investir nele. O ponto é que a informação de que o inquilino havia saído e que havia pago a multa estava na primeira linha do relatório gerencial do fundo. Se esse investidor tivesse lido esse relatório, ele teria visto que esse investimento não era sustentável.

Quando um investidor olha apenas para dividendos, ele pode tomar as piores decisões, pois, geralmente, os fundos que possuem os maiores dividendos são os que estão com problemas. Depois de um, dois meses, essa renda pode cair até zero. Como disse, não adianta olhar de forma isolada, pois é preciso olhar o conjunto da obra.

Outro erro bastante comum é o investidor ver que o valor de mercado do fundo está muito abaixo do seu valor patrimonial, concluir que ele está com um desconto muito grande e comprar as suas cotas. Isso aconteceu muito com os fundos que investem em imóveis no Rio de Janeiro. Como a crise imobiliária do Rio foi muito prolongada, e ainda continua muito grave, existem fundos que estão sendo negociados com um desconto muito grande sobre o seu valor patrimonial. O problema é que esses fundos estão com esses descontos há pelo menos 10 anos.

Quando um investidor compra a cota de um fundo descontado, achando que a tendência é que ela se aproxime do seu valor patrimonial, isso pode até acontecer, mas não é uma certeza. Isso pode fazer com que o investidor se frustre, pois o tempo para que isso aconteça pode ser infinitamente maior do que ele esperava.

Outro erro é apostar todos os ovos em uma única cesta. Por maior que seja a qualidade do fundo que está sendo comprado, esse fundo pode apresentar problemas. Eu costumo dizer que a escolha de um FII é como se fosse uma aposta na seleção que vai ganhar a próxima Copa do Mundo. Como você tem uma ideia de quais são as melhores seleções, você sabe em quais vale a pena apostar. Diversificando entre esses players, você tem mais probabilidades de que o seu investimento dê certo, pois não adianta dar tiros aleatórios. Contudo, como pode acontecer de você apostar em um bom time e ele dar errado, como o 7×1 que o Brasil tomou da Alemanha na semifinal da Copa de 2014, se você diversificou o investimento, o impacto no seu patrimônio será muito baixo.

Outro problema é pensar nos FIIs como investimento de curto prazo. Se a renda variável é um investimento de longo prazo, mais ainda são os imóveis. Como você não compra um imóvel para vender daqui a 6 meses, um FII tem o mesmo racional. O investidor vai receber a renda, mas ele não vai ficar milionário investindo em FIIs da noite para o dia, pois esse é um investimento que demora muito tempo para ter um resultado espetacular.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/investimento-em-fundos-imobiliarios

Divulgação Clube FII

Rodrigo Cardoso de Castro

Bancos centrais asiáticos começam a reduzir juros

Um possível corte na taxa de juros pelo Federal Reserve dos EUA em setembro pode ter efeitos globais importantes, levando a uma depreciação gradual do dólar americano e aumentando a demanda por commodities negociadas na divisa norte-americana. Além disso, isso poderia incentivar os Bancos Centrais de todo o mundo a implementar políticas monetárias mais expansionistas, especialmente nos países asiáticos que ainda não iniciaram seus ciclos de flexibilização monetária.

Na semana passada, o Bangko Sentral ng Pilipinas (BSP) tomou uma atitude ousada ao reduzir sua taxa de juros em 25 pontos-base, para 6,25%. Antecipando possíveis cortes nas taxas do Federal Reserve, o BSP começou a flexibilizar sua política monetária.

O Banco Central da Indonésia, o Bank Indonesia (BI), decidirá sua taxa de juros nesta semana. Apesar das preocupações fiscais e da possível pressão sobre a rupia, aumentam as especulações de que o BI poderá reduzir as taxas para estimular o crescimento econômico.

Os bancos centrais da Ásia estiveram no centro das atenções macroeconômicas nas últimas semanas. "A China, que já reduziu as taxas de juros este ano, continua a expandir seu estímulo monetário para impulsionar sua economia. Enquanto isso, a Índia está adotando uma abordagem mais cautelosa devido às pressões persistentes dos preços dos alimentos sobre a inflação", diz Victor Arduin, analista de Macroeconomia e Energia da Hedgepoint Global Markets.

No entanto, o corte da taxa de juros realizado na semana passada pelo Banco Central das Filipinas surpreendeu muitos observadores. De acordo com Victor, embora tenha como objetivo estimular a economia doméstica, a decisão pegou alguns analistas desprevenidos. A relativa calma nos mercados, evidenciada pela estabilidade do peso filipino (PHP), pode incentivar outros bancos centrais asiáticos a seguir o exemplo. O Banco Central da Indonésia deve anunciar sua decisão sobre a taxa de política monetária nesta semana, com expectativas de um possível corte inaugural da taxa.

Espera-se que um possível corte na taxa de juros pelo Federal Reserve dos EUA em setembro influencie significativamente a economia global. "Diretamente, isso poderia desencadear uma desvalorização gradual do dólar americano, potencialmente aumentando a demanda por commodities negociadas na moeda americana. Além disso, isso pode encorajar os Bancos Centrais ao redor do globo a iniciar ou acelerar suas próprias políticas de flexibilização monetária", destaca o analista.

As recentes reduções nas tarifas de arroz provavelmente reforçaram a confiança das autoridades monetárias de que a inflação convergirá gradualmente para a faixa da meta de 2% a 4%. Além disso, o mercado reagiu de forma relativamente calma à decisão, com o peso filipino se valorizando em quase 3% desde o início do mês.

Recentemente, o país aprovou um orçamento de 3,6 quatrilhões de rupias (US$ 230 bilhões) para o próximo ano. Em conjunto com uma política monetária menos restritiva, isso poderia estimular a economia do país em 2025. O Índice Composto da Bolsa de Valores de Jacarta já obteve ganhos nesse ambiente mais dovish, pairando perto de seu recorde histórico.

Após o recente corte nos custos de empréstimos pelo BC das Filipinas, o Banco Central da Indonésia tomará sua decisão sobre a taxa de juros nesta semana. "Apesar das preocupações do quadro fiscal e da possível pressão sobre a rupia, há uma especulação crescente de que a autoridade monetária pode optar por uma redução dos juros para estimular o crescimento econômico", observa.

"Caso o Banco da Indonésia confirme essa medida, podemos antecipar um ambiente econômico cada vez mais propício à expansão da demanda na Ásia, o que, por sua vez, deverá intensificar a consumo por commodities. Essa tendência pode ser atribuída, em parte, à adoção de políticas monetárias mais expansionistas por Bancos Centrais da região, além da possibilidade de uma depreciação mais acentuada do dólar americano, que tornaria as commodities denominadas em dólar mais atrativas para detentores de outras moedas", conclui.

Em resumo, o mercado está precificando cada vez mais um corte nas taxas do Fed em setembro. Com a queda dos rendimentos do Tesouro dos EUA, mais Bancos Centrais encontrarão espaço para reduzir suas taxas de juros sem causar pressões inflacionárias ou depreciação significativa nas suas moedas.

O exemplo mais recente foi o do Banco Central das Filipinas, que, apesar de algumas preocupações com a inflação, decidiu cortar as taxas na semana passada. Nesse contexto, um movimento semelhante pode ocorrer esta semana com a Indonésia, que também tem altas taxas de juros.

Um ambiente monetário menos restritivo na Ásia poderia estimular o crescimento econômico, aumentando assim a demanda por produtos como petróleo, grãos, açúcar, café e outros. Combinado com uma depreciação gradual do dólar, isso poderia criar uma perspectiva mais altista para os preços das commodities.

Anbima abre consulta pública sobre Regras e Procedimentos de Certificação

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), que representa instituições como bancos, gestoras, corretoras, distribuidoras e administradoras, abriu uma audiência pública nesta terça-feira sobre o documento de Regras e Procedimentos de Certificação, que a partir de agora estará vinculado aos códigos de Distribuição e de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros. Com a mudança, o Código de Certificação será descontinuado, avisou a autarquia. O documento, que será obrigatório para as instituições que seguem os códigos de Distribuição e de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, receberá comentários até o dia 19 de setembro pelo e-mail audiencia.publica@anbima.com.br.

O novo documento compila as normas e orientações para as instituições que seguem a autorregulação da autarquia. Nada muda quanto às regras que já são vigentes.

Além do documento em consulta, que apresenta as normas e orientações para as instituições que seguem a autorregulação, a autarquia publica ainda um regimento direcionado a profissionais que possuam ou desejam se candidatar às certificações Anbima.

Regras para instituições

Todas as normas referentes à atuação de profissionais de distribuição e gestão de recursos em instituições do mercado financeiro e de capitais ficarão compiladas no documento de Regras e Procedimentos de Certificação.

O documento estabelece a obrigatoriedade de a instituição ter – ou contratar – um profissional substituto para casos em que a pessoa responsável pela gestão de recursos estiver ausente, como férias ou licença. Ambos os profissionais devem possuir certificações relativas à função. A regra reforça que somente profissionais certificados podem ser responsáveis pela tomada de decisões nessa atividade.

Nessa frente, que não passa pela governança da autorregulação e – por isso – não está em audiência pública, estão as regras operacionais para a realização dos exames, como as orientações para a inscrição e os critérios de dispensa, de cassação e de atualização das certificações. O regimento passa a valer a partir de 2 de janeiro de 2025. Essas mudanças não estão relacionadas às novas certificações de Distribuição, que entram em vigor em janeiro de 2026. As mudanças relacionadas a esse tema podem ser conferidas em https://anbi.ma/NovasCert.

Principal taxa de empréstimo da China segue no mesmo patamar

A principal taxa de empréstimo (LPR, em inglês) de um ano da China, uma taxa de referência baseada no mercado, ficou em 3,35% nesta terça-feira (20), sem alterações em relação ao mês passado. Também se manteve a leitura anterior de 3,85% da LPR de mais de cinco anos, na qual muitos credores baseiam suas taxas de hipoteca, de acordo com o Centro Nacional de Financiamento Interbancário.

Os dados divulgados mensalmente são uma taxa de referência de precificação para os bancos e se baseiam nas taxas das operações de mercado aberto do Banco Popular da China, que se referem principalmente à taxa da linha de crédito de médio prazo (MLF, sigla em inglês). O banco central chinês afirmou em seu relatório de política monetária do segundo trimestre que a função de referência da taxa de juros da MLF para a LPR diminuiu após a mercantilização da taxa de juros. Em 15 de julho, a taxa MLF da China permaneceu inalterada. Em 22 de julho, o banco central reduziu de 1,8% para 1,7% a taxa de juros das operações de recompras reversas de sete dias, uma das principais taxas de política de curto prazo. Naquele mesmo dia, a China reduziu a LPR de um ano e a de mais de cinco anos.

As operações do banco central no mês passado podem ter indicado a direção da reforma da LPR, de acordo com especialistas. "No futuro, pode-se considerar a possibilidade de designar claramente uma taxa de juros operacional de curto prazo do banco central como a principal taxa de juros da política", disse Pan Gongsheng, governador do banco central da China, no Fórum Lujiazui realizado em Shanghai em junho.

Segundo a Agência Xinhua, a taxa de operação de recompras reversas de sete dias assumiu essencialmente essa função. Pan observou que as taxas de juros das ferramentas de política monetária de outros termos podem ser destituídas de suas características de taxa de juros de política.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CAMBORIU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária

Atendendo determinação da Sra. Síndica, vimos pelo presente, convocar os(as) Senhores(as) Condôminos(as) para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** do **Condomínio do Edifício Camboriu**, que será realizada no **próximo dia 27 de agosto de 2024 - terça-feira**, no Salão de Festas do Condomínio Itaorna, **às 18:30 horas** em primeira convocação com o "quórum" legal ou **às 19:00 horas**, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": **1) Leitura e aprovação da ATA anterior; 2) Aprovação das contas referentes ao exercício anterior – 06/2023 a 05/2024; 3) Aprovação do orçamento para o próximo período – 2024/2025; 4) Eleição de Síndico e Conselho Consultivo, mandato de agosto/2024 à julho/2026; 5) Ratificação da aprovação para a obra de recuperação estrutural e impermeabilização das caixas d'água no telhado em curso, bem como forma de custeio; 6) Ratificação de instalação da 3ª caixa de água potável para atendimentos aos aptos das coberturas e troca das tubulações de recalque da casa de bombas, bem como forma de custeio; 7) Ratificação de itens aprovados na AGO 12/12/2022: a) Troca do gesso do pilotis e pintura com aprovação de troca das tubulações das colunas horizontais de gordura e sabão do pilotis (colunas 1 e 2), bem como forma de custeio; b) Ampliação do bicicletário por meio de gradil e infraestrutura para recarga de bicicletas elétricas, bem como forma de custeio; 8) Ratificação da obra de manutenção na sala de administração e casa de porteiro com a troca das tubulações horizontais já executadas de gordura e sabão da coluna 3 (projeto aprovado na AGE 27/12/2022), mais término das instalações na administração (marcenaria/tv/mesa/cadeiras) e na casa de porteiro (marcenaria/tv/sofá), bem como forma de custeio; 9) Ratificação de itens aprovados na AGO de 13/07/2023: a) Apresentação do último laudo estrutural da laje do telhado pela Encopetro Engenharia e ratificação de ajuizamento das empresas Claro S.A. e TB S.A. para refazimento da obra, bem como forma de custeio; b) Ratificação da aprovação de melhorias no controle de acesso do Camboriú com os mesmos modelos de leitores faciais que serão implantados na obra do Lote 02, para acesso de motocicletas e bicicletas, pelo portão da garagem, bem como forma de custeio; 10) Fechamento do quadro de elétrico e montagem do salão de festas (mobiliário), bem como forma de custeio; 11) Deliberação e aprovação de obra de recuperação da fachada, bem como forma de custeio; 12) Deliberação e aprovação da troca das 07 portas de pavimentos do elevador de serviço, bem como forma de custeio; 13) Deliberação e aprovação da inspeção quinquenal de gás dos 20 aptos, bem como forma de custeio; 14) Lei 14.905/2024 - Deliberação e aprovação dos índices de atualização monetária e juros moratórios aplicáveis aos débitos condominiais dos proprietários inadimplentes; 15) Assuntos Gerais.** Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, sendo certo que na hipótese de que os outorgados apresentem candidatura dos outorgantes para ocupação a algum cargo eletivo, deverá constar na procuração poderes para votar e ser votado, sem o que as candidaturas não serão aceitas. Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para o e-mail indicado a saber, gerencia5@protel.com.br, acompanhadas do código de verificação ou QR Code respectivo, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2024

PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA.

Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor